

Juventudes em destaque: aspectos demográficos e socioeconômicos do jovem indígena pataxó da Bahia

Altemar Felberg

Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8795-3768>

felberg_int@hotmail.com

Elismar Fernandes dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7445-8434>

elismar_fernandes@hotmail.com

Introdução

Este artigo tem por objetivo traçar um panorama das políticas públicas voltadas à juventude, bem como apresentar o retrato do Jovem Indígena Pataxó Costa do Descobrimento, especificamente do segmento composto por jovens pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos, selecionados para participarem como público participante do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade Costa do Descobrimento”.

O Projeto “Avante Juventude Pataxó” foi um dos projetos do Instituto Mãe Terra (Organização da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos) contemplados na seleção pública de 2014 do Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania, com o objetivo de promover a formação social e qualificação profissional de 300 jovens indígenas da etnia Pataxó de 12 Aldeias do Território de Identidade Costa do Descobrimento (04 no Município de Santa Cruz Cabrália – Coroa Vermelha, Juerana, Aroeira e Mata Medonha; e 08 no Município de Porto Seguro – Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha), rumo à construção de um país onde todos os brasileiros e brasileiras, indiscriminadamente, tenham direito à inclusão socioprofissional.

O projeto tinha como expectativa de impacto social: reduzir os índices de exclusão social da juventude Pataxó, com incremento do acesso desses no mercado de trabalho, maior exercício da cidadania, bem como maior participação no processo de desenvolvimento de suas comunidades. De forma específica, objetivava: 1) Promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, para um maior exercício da cidadania, participação popular e afirmação da sua identidade cultural; 2) Aumentar o nível de conhecimento dos jovens para atuarem no mercado de trabalho em áreas específicas; 3) Formar e empoderar os jovens para assumirem lideranças em suas comunidades, desenvolverem seus territórios e fomentarem a implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas e; 4) Capacitar os jovens em metodologias participativas e na elaboração de planos de ação de intervenção comunitária.

Dada a escassez de dados socioeconômicos sobre as comunidades indígenas no nosso país, o que reflete também uma realidade local/territorial, optou-se por fazer a seleção dos jovens por meio da

aplicação de uma pesquisa social visando, além de cadastrar os participantes do projeto, traçar um perfil socioeconômico e cultural desses sujeitos.

Assim, neste trabalho, são tratados aspectos demográficos e socioeconômicos considerados como relevantes para o conhecimento dessa população, tais como idade, estado civil e sexo. Também são tratados: o grau de escolaridade; a qualificação profissional; a participação social; o projeto de vida; a expectativa em relação à melhoria da qualidade de vida na comunidade; o acesso aos meios de comunicação; a ocupação e a renda; além de informações sobre suas famílias; e características físicas e legais das suas unidades habitacionais, dentre outros aspectos, como a violação de direitos.

Para o levantamento dos dados e informações necessários ao desenvolvimento deste artigo, foram utilizadas as 345 fichas de cadastramento de cada um dos membros desse público, cujo preenchimento foi condição para participação no Projeto, além dos pré-requisitos básicos e específicos, tais como: 1) ser indígena da Etnia Pataxó e ter idade entre 14 e 29 anos; 2) estar matriculado ou ter concluído estudos em escola pública; 3) ser oriundo de famílias com renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo; 4) ser oriundo de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 5) não estar fazendo estágio regular, nem ter emprego formal; e 6) não estar participando de outro projeto para a juventude.

A Juventude em destaque nas Políticas Públicas¹

Para Sposito e Carrano (2003, p. 31), as temáticas que permearam as ações governamentais no período que antecedeu a Política Nacional de Juventude (2005) foram “o protagonismo juvenil e os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social”, ainda que, à época, não existissem diagnósticos e planos sobre a situação da infância e juventude que respaldassem ações mais articuladas e que permitissem ações de monitoramento e avaliação.

Segundo o autor “projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade” (Ibidem) caracterizam, assim, a herança dos governos pré-Era Lula.

Desde então, a pauta da juventude ganhou novos contornos no Brasil, o que vem contribuindo positivamente para o surgimento de novas perspectivas de análise e atuação governamentais mais estruturados. Sabidamente, como consequência do processo de redemocratização do país, novos grupos juvenis organizados começaram a se mobilizar e apresentar demandas, especialmente nas áreas da educação e cultura (SPOSITO; CARRANO, 2003). É este cenário que antecede a criação de uma Política Nacional de Juventude, que começou a se materializar, de fato, a partir de 2003.

Em 2003, já no início do governo de Lula, foi lançada a Frente Parlamentar da Juventude, visando ao acompanhamento dos projetos governamentais destinados aos jovens. Nesse momento, foi criada a Comissão Especial destinada ao acompanhamento e ao estudo de pro-

1. O texto compõe projeto de doutoramento em andamento junto à Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

postas de Políticas Públicas para a Juventude, formada por parlamentares da Câmara Federal: a Cejuvete. Assim, em 2004, foi elaborado e proposto pela Comissão Especial da Juventude, o Projeto de Lei nº 4.529, que versava sobre o Estatuto da Juventude, e o Projeto de Lei nº 4530/2004, que tratava do Plano Nacional, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas visando à melhoria das condições de vida da juventude brasileira.

Inicialmente, com o objetivo de realizar um diagnóstico situacional da juventude e apontar sugestões para a Política Nacional da Juventude foi criado, em 2004, o Grupo Interministerial, que reuniu representantes de 19 Ministérios e secretarias especiais. O grupo “mapeou dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, os programas federais voltados para eles, os desafios para construção de uma política nacional de juventude e recomendações para a elaboração desta política” (BRASIL, 2011, p. 33).

Segundo documento divulgado pelo Grupo Interministerial sobre o balanço das ações governamentais de Juventude na primeira gestão do Governo Lula, foram identificadas mais de 150 ações federais desenvolvidas em 45 programas e implementadas por 18 Ministérios ou secretarias de Estado. Do total de ações identificadas, apenas 19 eram específicas para o público jovem (15 a 24 anos). As demais ações, ainda que contemplassem os jovens, não foram desenhadas exclusivamente para eles. (Ibidem).

Lançada em 2005, a Política Nacional de Juventude, a partir das sugestões do grupo, propiciou a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PNIJ). Para viabilizar essa Política, foram estabelecidos nove desafios balizadores: 1) ampliação do acesso e permanência em escolas públicas de qualidade; 2) erradicação do analfabetismo entre os jovens; 3) preparação para o mundo

do trabalho; 4) geração de trabalho e renda; 5) promoção de vida saudável; 6) democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; 7) promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas; 8) estímulo à cidadania e à participação social e; 9) melhoria da qualidade de vida dos jovens do meio rural e das comunidades tradicionais.

Segundo Castro e Aquino (2008), as ações empreendidas a partir de 2004, no sentido de consolidar uma Política Nacional de Juventude, foram:

i) Realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal, que organizou debates (conferências regionais) em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; ii) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; iii) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 141).

No período de 2003 a 2005, vale destacar, ainda, a criação e articulação de diversos movimentos juvenis de amplitude nacional, com o intuito de influenciar as ações governamentais rumo à consolidação de uma política específica de juventude. Segundo o documento “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude, 2003-2010” (BRASIL, 2011), é possível identificar, nesse período, a criação de inúmeros fóruns e movimentos voltados à garantia e defesa dos direitos do jovem, a exemplo da Rede Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma); Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (Renaju); Rede Sou de Atitude e o Fórum Nacional de Movimentos e

Organizações Juvenis (Fonajuves), dentre outros. Vale a ressalva que desde 1998 já existia a Rede de Jovens do Nordeste (RJNE).

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi o primeiro órgão da Secretaria Geral da Presidência da República criada com o objetivo específico de gerir e articular as políticas direcionadas aos jovens dentro da estrutura do governo. Além disso, por meio da Medida Provisória nº 238, de 01/02/2005, sendo posteriormente transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) compôs emergencialmente essa política nacional, com o objetivo de proporcionar a formação integral aos jovens de 18 a 24 anos, a partir da associação da formação básica, qualificação profissional e participação cidadã, possuindo quatro vertentes: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. São jovens que:

Moram nas periferias das grandes cidades; excluídos da escola e do trabalho; marcados por processos de discriminação étnica e racial, de gênero, geracional e de religião, entre outros; Que vivenciam experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão; Que apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, escola, saúde, religião, violência, questões sexuais etc.; E que revelam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradora de autovalorização e construtora de identidades coletivas (BRASIL, 2008, p. 25).

O ProJovem rompe com os conceitos de “protagonismo juvenil e jovem em situação de risco” da política anterior, e institui as premissas dos “direitos e oportunidades” para a juventude (NOVAES, 2007). Este arranjo pretendeu atender a três importantes objetivos:

i) articular as ações federais voltadas ao público juvenil (majoritariamente destinadas aos jovens de baixa renda); ii) promover a participação dos representantes dos vários grupos e organizações de jovens na reflexão e formulação da política de juventude; e iii) melhorar as condições de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social extrema, por meio de transferências de renda e de ações de elevação dos índices de alfabetização e de escolaridade e de qualificação profissional – escopo original do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) –, na perspectiva de melhorar suas chances de inserção no mundo do trabalho (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 30).

Além do Projovem, é possível identificar inúmeros outros programas, projetos e ações voltados para a juventude ao longo do Governo Lula. Conforme consta no Guia de Políticas Públicas (BRASIL, 2006), estes foram norteados pela perspectiva de compreensão das diversidades das juventudes e garantia de direitos com inclusão e justiça social.

Para apresentação desse panorama, considerando a impossibilidade e limitação neste trabalho de contextualização minuciosa de cada um deles, vamos utilizar a metodologia proposta por Castro e Aquino (2008), dividindo esse conjunto de programas, projetos e ações federais em 05 eixos temáticos, existentes até 2007, período no qual a Política Nacional de Juventude ainda não havia passado por uma avaliação e reestruturação. No Eixo 01 – Elevação de Escolaridade, Capacitação Profissional e Cidadania: Agente Jovem (MDS), Juventude Cidadã (MTE), Saberes da Terra (MDA/MEC/MTE) e Proeja (MEC); No Eixo 02 – Qualificação Profissional: Escola de Fábrica (MEC), Soldado Cidadão (MD), Consórcio Nacional de Juventude (MTE), Empreendedorismo Juvenil (MTE) e Jovem Aprendiz (MTE); No Eixo 03 – Educação Ensino Superior: Universidade para Todos – PROUNI (MEC) e Projeto Rondon (MD); No Eixo 04 – Financiamento, Crédito Rural e Meio Ambiente: Nossa Primeira Terra (MDA),

PRONAF Jovem (MDA) e Juventude e Meio Ambiente (MME/MEC); No Eixo – Esporte, Cultura e Lazer: Bolsa Atleta (ME), Escola Aberta (MEC), Pontos de Cultura (MEC) e Segundo Tempo (ME).

Mesmo com muitos avanços, esses programas ainda se caracterizavam, de forma geral, por “ações pontuais, fragmentadas e paralelas” (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 52); o que somente foi revisto em 2008, com o redesenho da Política Nacional de Juventude no segundo mandato do Governo Lula (2007-2010), cujo debate tinha como propósito:

i) Ampliar o potencial de integração entre os programas emergenciais (ProJovem, Escola de Fábrica, Consórcio Nacional de Juventude, Juventude Cidadã e Saberes da Terra) e destes com outro conjunto de ações consideradas mais estruturantes, vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura; e ii) aumentar a escala de atendimento dos programas emergenciais para todo o universo de jovens brasileiros considerados excluídos, definidos como os jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílios com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ SM – este universo alcança cerca de 4,0 milhões, de acordo com a Pnad de 2006 (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 147).

Por meio da mesma MP 238 que criou o ProJovem, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), composto por 60 membros: 20 do Poder Público e 40 da Sociedade Civil, órgão também ligado à Secretaria Geral da Presidência da República, com o intuito de viabilizar a interlocução entre os diversos atores partícipes, e mais especificadamente “[...] assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude” (SILVA; SILVA, 2011, p. 668). Compete ao conselho participar na:

Formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar

que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p. 9).

Naquele mesmo ano (2005) foi encaminhada à Câmara dos Deputados, como proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 394/2005, requerendo a inclusão do termo "jovem" na denominação do Capítulo VII e solicitando a alteração do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que passou a ter nova redação²:

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao *jovem*, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Mais adiante, em 2006, o CONJUVE elaborou o documento intitulado "Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas", visando orientar a construção de políticas para a juventude no Brasil. Outro documento também em tramitação no Congresso à época, o Estatuto da Juventude, foi proposto como Projeto de Lei nº 4.529/2004, elaborado pela Comissão Especial da Juventude³. Um dos seus dois grandes temas trata da Regulamentação dos Direitos dos Jovens entre 15 e 29 anos, e outro se refere à Criação do Sistema Nacional de Juventude, conferindo competências e obrigações à União, aos Estados e aos Municípios. Foi instituído em 2013, por meio da Lei nº 12.852, de 05 de agosto.

2. Transformada em Norma Jurídica por meio da Emenda Constitucional nº 65, de 13/07/2010.

3. Encontra-se igualmente em tramitação o Projeto de Lei nº 27, de 2007, do Senhor Deputado Reginaldo Lopes, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências.

Em 2008, com a intenção de estreitar o diálogo entre a SNJ, as organizações de juventude e os jovens participantes de todo processo, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude, com o tema “Levante sua Bandeira”, precedida de Conferências Livres, Conferências Estaduais e Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais. E, no sentido de comprometer o poder público e a sociedade civil com as 22 Resoluções da Conferência Nacional e com as Diretrizes elaboradas pelo Conselho, foi realizado pelo CONJUVE o Pacto pela Juventude, também em 2008, que tem por objetivo a construção conjunta de uma agenda pública de juventude, de modo a garantir os direitos dos cerca de milhões de brasileiros/as na faixa etária de 15 a 29 anos.

Dessa forma, a indicação da consolidação de políticas públicas como políticas de Estado emergiu como uma resposta efetiva aos desafios de desenvolvimento de nosso país e, para tanto, deveria ter o Estado como indutor, propiciando condições de ascensão social e garantindo direitos que tornassem a vivência juvenil uma trajetória de emancipação.

Neste mesmo momento, com o objetivo de incluir o termo “juventude” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando aos jovens a prioridade no acesso aos Direitos Constitucionais, a exemplo da saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura, já garantidos às crianças, aos adolescentes e aos idosos, foi aprovado pelo Congresso, em setembro de 2010, o Projeto de Emenda Constitucional, elaborado e apresentado em 2003, a PEC 42/2008, mais conhecida como PEC da Juventude.

Os subsídios apresentados pelo Conjuve, por meio da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), em 2010, nos quais estava um balanço das políticas de juventude desenvolvidas en-

tre 2003 e 2010, período esse de encerramento do governo, permitiram a realização, em 2011, da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Nesse evento, foram aprovados 44 objetivos, distribuídos em cinco eixos temáticos, e seu documento final apresenta como proposta uma reforma política que garanta a participação dos jovens no poder. Os temas de seus eixos, de forma compacta, propõem: 1) defesa da luta pela consolidação de políticas educacionais e de cultura e o acesso dos jovens à comunicação das questões ligadas ao meio ambiente; 2) direito ao território, com a instituição de programas habitacionais para a juventude, e aos que trabalham na agricultura familiar, camponesa, assalariada rural e integrantes dos povos e comunidades tradicionais, direito a benefícios, acesso à terra e que se faça a reforma agrária; 3) direito à experimentação e à qualidade de vida; 4) direito à diversidade e à vida segura, e a reinserção socioafetiva dos jovens infratores; 5) descriminalização e legalização do aborto, apontado como “um grave problema de saúde pública”.

Vale ressaltar que todo o processo de reflexão e pesquisa, que permitiu subsídios aos novos gestores dos governos Federal e Estadual, bem como aos debates ocorridos durante a 2ª Conferência, conforme o documento produzido “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2010” visava “[...] apresentar um olhar político em torno das iniciativas mais expressivas, que não é conclusivo, mas que deve ser provocador de novas reflexões” (BRASIL, 2011).

Em 2013 é realizada a 3ª Conferência Nacional da Juventude, que tem como objetivo “atualizar a agenda da juventude para o desenvolvimento do Brasil, reconhecendo e potencializando as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate a todas as formas de preconceito” (BRASIL, 2013).

Ao serem citados esses documentos, constata-se que, com o de-

correr do tempo, foram se tornando alvos de maior atenção os jovens pertencentes aos diversos segmentos da população (comunidades rurais, mulheres, LGBTQs, negros, povos e comunidades tradicionais, deficientes etc.), até então inseridos como simplesmente pertencentes ao todo, sem destaque para as suas particularidades e, entre estes, os referentes às populações indígenas.

Políticas Públicas de Juventude Indígena: a inclusão social de novos sujeitos

Preliminarmente à abordagem da questão indígena no fazer das políticas públicas, cabe-nos situar o leitor num contexto histórico mais geral acerca dos sujeitos centrais desse artigo, trazendo algumas informações sobre o Povo Pataxó – suas características étnicas e desafios contemporâneos enfrentados na afirmação de sua etnicidade.

O Povo Pataxó, pelas diversas fontes históricas, vivia tradicionalmente entre as bacias dos rios João Tiba e São Mateus, ao Sul, e Pardo e Contas, ao Norte, convivendo com um bom número de outras etnias. Segundo informações levantadas pelo historiador, Francisco Cancela (2007), que descreve os contatos interétnicos entre índios e não-índios nas vilas de índios da Capitania de Porto Seguro, entre os anos de 1758 e 1820, os Pataxós que habitavam a região do Monte Pascoal e parte do Espírito Santo dividiam o território com outros grupos indígenas (Capuchos, Cumanachos, Maxakalis e os Panhamis) do tronco linguístico Macro-Jê – índios aliados que interagiam e possuíam afinidades de maneiras e costumes.

A história do Povo Pataxó é marcada por lutas e momentos de dispersão em decorrência inicialmente da pressão de outros povos indígenas, como os Tupis, estabelecidos à beira mar, como também pela chegada dos colonizadores, e, mais recentemente, pela intensa pres-

são que sofreram (e ainda sofrem) com a expansão da atividade turística e criação de unidades de conservação em seus territórios (CARDOSO *et al.*, 2012).

De acordo Cardoso e Pinheiro (2012), os Pataxós chegaram a ser descritos pela literatura como um Povo extinto nos anos 1950, logo após eventos que marcaram fortemente o modo de vida e a história desse Povo. Referimo-nos ao evento que os Pataxós denominam de “Fogo de 51” e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, onde os Pataxós da Aldeia Mãe Barra Velha foram massacrados. Os índios sobreviventes distribuíram-se novamente por toda região, formando outras aldeias, a exemplo da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, em 1973. Desde essa época, os Pataxós vêm lutando para manterem-se no território e garantirem seus direitos. Atualmente estão localizados nos Territórios Pataxós Barra Velha, Kay/Pequi (Comexatibá), Coroa Vermelha e Mata Medonha, distribuídos em aproximadamente 42 aldeias. Há também aldeias Pataxós nos municípios de Carmesia, Araçuaí, Açucena e Itapicirica, em Minas Gerais.

Hoje, fruto de uma política nacional de assimilação compulsória, os Pataxós lutam arduamente para reconstruir sua língua perdida, atualmente chamada de Patxohã, e para resgatar traços característicos de uma ancestralidade indígena comum. A reivindicação por uma educação escolar indígena e saúde diferenciada, por exemplo, hoje realidade nas aldeias, foi muito em função dessa “viagem da volta”⁴. Como destaca Lima (2015, p. 437-438) “Os povos indígenas do Nordeste têm buscado reconstruir sua cultura material, seus rituais, defrontando-se com o duplo preconceito da discriminação por serem indígenas e por serem considerados indígenas inautênticos”. Essa

4. Termo utilizado por João Pacheco de Oliveira (1999) para retratar esse processo de reelaboração cultural.

“inautenticidade” é atribuída à mistura resultante do processo de aculturação planejada, o que criou uma categoria de “índios misturados” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 48), ou seja, “populações tidas como de pouca distinção cultural (ou seja, culturalmente ‘misturadas’)”. Na avaliação das lideranças Pataxós, o Brasil vive à beira da deflagração de uma guerra civil contra os povos originários, particularmente os que vivenciam atualmente processos de etnogênese, os quais, na frente das outras demandas, estão na luta pela demarcação territorial – direito fundamental para sobrevivência das etnias, reprodução física e cultural, e preservação do meio ambiente, das línguas, costumes e tradições.

Voltando à questão das políticas públicas, conforme exposto anteriormente, ainda que genericamente considerada no âmbito da Política Nacional de Juventude, a população indígena, dada sua especificidade étnica e modos de vida singulares, carece de políticas públicas específicas e diferenciadas. Nesse sentido, importantes iniciativas vêm sendo construídas com vistas a viabilizar espaços próprios para o debate das questões indígenas, a exemplo da Comissão Nacional de Juventude Indígena, Seminário Nacional de Juventude Indígena e Conferência Nacional de Política Indigenista, para citar os mais importantes e que merecem breve apresentação neste trabalho.

Segundo dados da FUNAI (2018), o I Seminário Nacional de Juventude Indígena foi realizado em novembro de 2009, em Brasília/DF, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com apoio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), contando com a participação de aproximadamente 70 jovens, representando 42 povos indígenas de todo o país. Foi resultado de uma série de oficinas e encontros regionais organizados pela rede interinstitucional de parceiros dos povos indígenas, onde foram levantados os principais problemas e dificuldades

enfrentados pelos jovens indígenas do país, assim como os principais desafios e demandas.

O grande objetivo do encontro foi criar, organizar, estruturar e eleger a primeira diretoria da CNJI. A Comissão Nacional de Juventude Indígena foi criada com o objetivo de “articular e efetivar a participação da juventude indígena no conselho; mobilizar a participação da juventude nos conselhos estaduais e municipais e; fortalecer e efetivar a participação da juventude indígena nos processos políticos específicos para a juventude indígena” (CNJI, 2009). Conta com 15 membros titulares e 15 suplentes, escolhidos através das organizações regionais, sendo: 05 (10) vagas para a COIAB; 03 (06) vagas para APOINME; 03 (06) vagas para o Centro-Oeste (ATY GUASU, ARPINPAN, Povos de MT); 02 (04) vagas para a ARPINSUL e; 02 (04) vagas para a ARPINSUDESTE.

Outro importante objetivo do encontro foi sensibilizar e qualificar os jovens indígenas participantes para atuarem como “jovens agentes multiplicadores”, no sentido de disseminar, apoiar e orientar a formulação, elaboração, implantação e avaliação de programas, projetos e ações direcionadas para a juventude indígena, sejam fruto de políticas públicas, ou por iniciativa da iniciativa privada e organismos internacionais.

Na oportunidade, foram discutidos assuntos de interesse de todas as etnias representadas, como: a relação entre a cultura, saúde e sexualidade, com foco na prevenção e combate às DSTs; direitos territoriais; educação e esporte indígena; registro civil e nome indígena; resgate e afirmação das línguas maternas; dentre outros assuntos.

Com o intuito de “dar visibilidade às suas questões e discutir soluções para os problemas das comunidades indígenas, incluindo a pre-

servação e promoção de suas expressões culturais” (CNJI, 2012)⁵, já o II Seminário Nacional de Juventude Indígena, com público estimado em 150 indígenas, foi realizado três anos depois, também em Brasília/DF, no período de 26 a 29 de novembro de 2012, por iniciativa da CNJI, em parceria com o Ministério da Cultura, FUNAI/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, UNICEF, IDAC, APIB, CIMI, GIZ, Cooperação República Federativa do Brasil e República Federal da Alemanha.

Fizeram parte da programação: i) a apresentação de um histórico do movimento indígena e do processo de construção do II Seminário; ii) a premiação a Raoni Metuktire, líder indígena brasileiro da etnia Kayapó e internacionalmente reconhecido por sua história de luta pelos direitos indígenas e pela preservação da Amazônia – Prêmio Culturas Indígenas, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC); iii) mesas redondas com os temas “O movimento indígena: saberes tradicionais e desafios atuais” e “Território e ambiente: impactos dos empreendimentos aos povos indígenas” e; iv) discussões sobre ações nas áreas da Cultura, Esporte e Lazer; Educação Indígena e; Saúde e Prevenção contra Álcool e Outras Drogas e; v) Eleição da Nova Diretoria da Comissão Nacional de Juventude Indígena.

Na perspectiva de viabilizar meios para fazer frente às demandas e reivindicações dos próprios jovens indígenas levantadas nos seminários nacionais, a CNJI realizou no período de 27 a 31 de outubro de 2014, em Brasília/DF, a Oficina de Formação Política para Juventude Indígena, que contou com a participação de 32 jovens representantes das cinco regiões geográficas do país, além de indígenas acadêmicos da Universidade de Brasília (UNB). O encontro contou com a colabo-

5. Disponível em: racismoambiental.net.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

ração da Rede de Juventude Indígena (REJUIND), em parceria com a FUNAI e diversos órgãos da administração pública federal, e teve apoio do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, a ONU Mulheres Brasil.

Essa segunda iniciativa de formação política da juventude indígena, desde a criação da CNJI, objetivou “ampliar os conhecimentos e troca de dados e informações sobre as questões políticas e os direitos indígenas no Brasil e no mundo” (FUNAI, 2014)⁶.

Os participantes discutiram assuntos de interesse coletivo, como os instrumentos jurídico-legais para defesa e fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos indígenas, entre outros os direitos diferenciados indígenas, as políticas de atenção à saúde, os programas de educação escolar e comunitária indígena, as questões pertinentes ao acervo cultural, a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, assuntos de gênero, juventude e envelhecimento indígena, bem como os assuntos fundiários, tramitação de projetos de lei que tratam da regularização das terras indígenas, sobre a gestão ambiental e territorial, patrimônio genético e conhecimentos tradicionais, política nacional de participação social, além do foco na respectiva legislação internacional e as contribuições da Juventude Indígena pela defesa dos instrumentos jurídicos que o Brasil é signatário, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas – ONU, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (FUNAI, 2014)⁷.

Com o tema “Carta ao Estado Brasileiro e Organismos Internacionais”, o III e mais recente Seminário Nacional de Juventude Indígena foi realizado em São Luís/MA, nos dias 14 e 16 de novembro de 2016, por iniciativa de diversos movimentos representativos indígenas, com

6. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

7. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

apoio da Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), Rede de Juventude Indígena (REJUIND), Jovens Indígenas do Maranhão (JIM), Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP); Secretaria Extraordinária da Juventude (SEEJUV); GT Gênero, Raça e Etnia da ONU Brasil; Grupo Assessor Interagencial sobre Juventude da ONU Brasil e Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). Participaram do evento cerca de 70 indígenas das cinco regiões do Brasil, com presença da diversidade dos povos originários: Kaingang, Gavião, Krikati, Truká, Baré, Tuxá, Potiguara, Guarani, Guarani-Kaiowá, Terena, Juruna, Manchineri, *Pataxó*, Xokleng, Kayapó, Manoki Arapasso, Xavante e Guajajara.

Os debates recaíram sobre problemas que são comuns aos povos indígenas do país: i) a precariedade das escolas indígenas e os desafios para implementação de uma educação escolar indígena diferenciada e de qualidade – assunto bastante recorrente do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; ii) a importância de se trabalhar a memória ancestral indígena como ferramenta de luta, autonomia e protagonismo; iii) a legalização e garantia dos territórios indígenas enquanto espaços integradores de reprodução física e cultural, fonte de vida para os povos originários; iv) a necessidade de se discutir a política partidária dentro das aldeias – pela juventude, comunidade e movimentos indígenas; v) a interferência religiosa das igrejas fundamentalistas dentro das aldeias, que vem prejudicando o processo de afirmação e resgate cultural, comprometendo a luta dos povos indígenas e; vi) a importância da articulação e aliança da juventude indígenas com demais segmentos juvenis, particularmente com os movimentos sociais de outros povos e comunidades tradicionais.

No encontro, manifestaram repúdio:

- i) ao corte orçamentário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

que afeta a continuidade e qualidade dos serviços de proteção e vigilância dos territórios indígenas, bem como fragiliza as ações para promoção e execução de políticas públicas aos povos indígenas, em especial à juventude indígena; ii) Qualquer ação de tentativa e/ou ação efetiva de militarização da FUNAI a nível nacional, regional e local; iii) A criminalização dos movimentos sociais, em especial as jovens lideranças indígenas; iv) As ações discriminatórias nos serviços de atenção à saúde indígena, em relação a juventude indígena em contexto urbano; v) A insistência do Governo Federal e Congresso Nacional em criar propostas e emendas constitucionais que desrespeitam a Constituição Federal de 1988, a exemplo da PEC 55/16, PEC 215/15 e a Portaria 1907/16; vi) A não consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas em relação aos assuntos que nos atingem e aos impactos dos empreendimentos em nossos territórios; vii) O abuso de poder das autoridades públicas em todas as esferas de governo. (CNJI, 2012)⁸

No mesmo documento, fizeram recomendações ao Estado, que respeite e execute:

i) As políticas públicas de atenção à saúde indígena; a uma educação escolar indígena específica e diferenciada do ensino básico e ensino superior; ii) Que seja considerada a diversidade da juventude indígena para incidência nos espaços de tomada de decisões; iii) As orientações da Relatoria Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas, em visita no Brasil/2016; iv) O fortalecimento e reconhecimento dos profissionais indígenas das diversas áreas, como ambiental, saúde, educação (agentes florestais, professores, agente indígena de saúde, entre outros) e; v) Respeito à nossa identidade indígena, nossos costumes, nossa história, ancestralidade, espiritualidade e memória em nossa diversidade. (Ibid.)

Vale destacar a realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista, realizada em Brasília/DF, entre os dias 14 e 17/12 de 2015, pela FUNAI, organizações indígenas de todo o país e outros 11 órgãos de governo, constituindo-se “como uma importante instância de

8. Disponível em: racismoambiental.net.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

participação social diferenciada, visando à promoção de um espaço de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública e os mais de 300 povos indígenas do Brasil” (FUNAI, 2016)⁹, elencando 868 propostas, sendo 216 consideradas urgentes, discutidas e deliberadas por cerca de 1.500 representantes indígenas.

As propostas foram divididas em seis eixos temáticos direcionados a uma reflexão sobre os princípios da proteção territorial, da participação social e do direito à consulta, do desenvolvimento sustentável, dos direitos individuais e coletivos, da reafirmação da diversidade cultural e étnica do Brasil e do direito à memória e à verdade (FUNAI, 2016)¹⁰. Previamente à realização da etapa nacional, foram realizadas 142 conferências locais e 26 etapas regionais, onde os indígenas:

[...] formularam diretrizes, em forma de propostas, que deverão conduzir a política nacional indigenista, com o objetivo de consolidar e aprimorar os direitos já reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Ao avaliar a ação indigenista do estado brasileiro, as representações indígenas não somente reafirmaram seus direitos constitucionais, como também pautaram ações e políticas específicas que deverão ser construídas, de forma participativa, mediante a perspectiva da descolonização da relação do Estado brasileiro com esses povos (FUNAI, 2016).

Cabe ressaltar que foi durante a etapa regional, realizada na Aldeia Indígena Pataxó Barra Velha, que os jovens Pataxós reivindicaram um espaço próprio para a juventude debater os eixos propostos pela FUNAI, nascendo, daí, a ideia de constituir o Conselho Territorial da Juventude Pataxó da Bahia e realizar o I Encontro Territorial da Juventude Pataxó da Bahia.

De forma específica, é importante também destacar a realização, em 2012, do “Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Ve-

9. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

10. Disponível em: www.funai.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2019.

lha e Águas Belas” (*Aragwaksã*), sob a iniciativa da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), entre outras instituições, construído de forma intercultural, como uma inovação no campo da política ambiental e indigenista. “A proposta da construção de um plano de gestão territorial surgiu a partir da realização do etnomapeamento e do estudo etnoecológico dos territórios de Barra Velha e Águas Claras, que buscou compreender [...] e tomar conhecimento da [...] forma que os Pataxós dominam os ambientes, conhecem e os manejam, indicando os principais problemas socioambientais que os desafiam [...]” (CARDOSO *et al.*, 2012, p. 10).

Ademais, para entender o processo de evolução das intenções de possibilitar melhores e maiores condições de respeito aos direitos do jovem Pataxó, é importante a busca do conhecimento sobre as suas aspirações, o que querem, anseiam e desejam para o seu futuro.

Procedimentos Metodológicos

A partir do seu objetivo maior – traçar um panorama das políticas públicas voltadas à juventude e apresentar aspectos demográficos e socioeconômicos do Jovem Indígena Pataxó Costa do Descobrimento – os dados e as informações contidos nas fichas de cadastramento foram computados e sistematizados em quadros e gráficos, visando à facilitação da sua análise. Participaram da pesquisa 345 jovens indígenas de 12 Aldeias Indígenas Pataxós Costa do Descobrimento, sendo quatro do Município de Santa Cruz Cabrália – Coroa Vermelha, Juerana, Aroeira e Mata Medonha; e oito no Município de Porto Seguro – Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha.

Essas 12 comunidades foram escolhidas como beneficiárias do

Projeto a partir dos critérios de vulnerabilidade social de sua juventude, demanda latente por iniciativas de qualificação profissional e dificuldades de acesso às políticas públicas, sobretudo as de inclusão socioproductiva. Essa seleção se deu a partir de escuta prévia realizada junto às lideranças indígenas da região e a representantes da Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro – SAIPS e Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá Costa do Descobrimento (FINPAT).

A faixa etária estabelecida originalmente para o público participante do Projeto era de 18 aos 29 anos; entretanto, ela fora alterada levando-se em consideração a especificidade da cultura indígena, onde é fato que a maturidade de homens e mulheres é mais prematura se comparada à comunidade não indígena, observando-se nas Aldeias Pataxós, jovens de 15 e 16 anos já com filhos e chefiando famílias, os quais precisam de oportunidades de qualificação profissional como a ofertada pelo Projeto Avante. Outro fator relevante para a alteração da faixa etária tratou da necessidade de se trabalhar a prevenção, uma vez que o maior foco de casos de jovens envolvidos com drogas e atos de violência é entre a faixa etária de 14 a 18 anos.

O assunto foi discutido pelos membros do Conselho Gestor do Projeto, cuja 1ª deliberação fora submetida e acatada pela Petrobras, ficando então a faixa etária a ser estudada a compreendida entre 14 e 29 anos.

Quanto à quantidade de 300 jovens, esta se justifica em face de nas 12 Comunidades Indígenas escolhidas pelos critérios anteriormente mencionados, se encontrarem 2.263 famílias, o que corresponde a aproximadamente 15.800 indígenas. A partir do conhecimento de que, em média, 25% dessa população é de jovens, ou seja, 3.960 indígenas encontram-se na faixa etária de 14 a 29 anos, foi utilizado um procedi-

Tabela 1: Tabela 1: Número de famílias e total de pessoas por comunidade Pataxó localizadas nos municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, Território de Identidade Extremo Sul, origem do público participante do projeto

| Comunidade | Nº Famílias | Nº Pessoas | Município | Terra |
|----------------|-------------|------------|--------------|-------|
| Mata Medonha | 48 | 336 | Santa Cruz | TI |
| Aroeira | 55 | 385 | Cabralia | TI |
| Coroa Vermelha | 1.292 | 9.044 | | TI |
| Juerana | 60 | 420 | | TI |
| Aldeia Velha | 180 | 1.260 | | TI |
| Imbiriba | 55 | 385 | | TI |
| Barra Velha | 230 | 1.610 | | TI |
| Meio da Mata | 54 | 378 | Porto Seguro | TI |
| Pé do Monte | 24 | 168 | | TI |
| Guaxuma | 47 | 329 | | TI |
| Boca da Mata | 190 | 1.330 | | TI |
| Aldeia Nova | 28 (*) | 196 | | TIN |
| Total | 2.263 | 15.841 | | |

Fonte: Elaboração própria com base em *Povos Indígenas do Estado da Bahia* (BAHIA, 2012), e Superintendência de Assuntos Indígenas do Município de Porto Seguro, 2014, Informações Verbais. TI = Terra Indígena Regularizada; TIN = Terra Indígena Não Regularizada.

mento estatístico¹¹ para definição do nº de jovens que representariam a população total de jovens indígenas e que participariam do Projeto, haja vista as limitações de recursos orçamentários.

Foi então, através do referido procedimento, um dos utilizados pelo Banco Mundial, que ficou definido como percentual o valor de 7,6% como representativo do total, ou seja, 300 jovens, meta estabelecida para o Projeto.

11. KREJCIE, R, V.; MORGAN, D.W. Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, v. 30, p. 607-610, 1970 (Esses tamanhos de amostras são para um intervalo de confiança de 95% e um erro de amostragem de +/-5%).

Para este trabalho, foi considerado o número de 345 jovens cadastrados no Sistema de Avaliação e Monitoramento do Investimento Social da Petrobras (MAIS), haja vista a necessidade de precaução quanto a uma possível evasão quando da convocação para a aula inaugural e, ainda, por possibilitar, pelo maior volume da amostra, a melhoria da qualidade da análise da situação em estudo. Foram então sistematizados e analisados dados e informações desses 345 jovens indígenas, sendo 219 (63,5%) do Município de Porto Seguro e 126 (36, 5%) do Município de Santa Cruz Cabralia.

Resultados

Ao ser iniciada a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa, vale ressaltar que, em determinados itens em estudo, os resultados apresentados em quantidades absolutas e/ou em percentuais não correspondem aos totais de 345 ou 100%, haja vista não estarem computadas informações com pequenos valores quantitativos e/ ou mesmo não declaradas.

Esta população é composta por uma maioria de mulheres em número de 198 (57,4%) e por 147(42,6%) homens. Esses totais estão distribuídos pelas faixas etárias de 12 a 14, 15 a 17 e 18 a 27 anos, correspondendo às mulheres 11,1%, 31,9% e 57%, respectivamente. Quanto aos homens nessas mesmas faixas, eles correspondem a 19%, 35,4% e 45,6%.

A partir desse esclarecimento, cabe destacar que a população em estudo, com base na tabela 2 a seguir, é composta por 311 (90,1%), jovens solteiros, e apresenta quanto aos aspectos socioeconômicos: 230 (66,7%) jovens indígenas atualmente estudando e 109 (31,6%) que não estudam ou que já concluíram os estudos. Entretanto sete (2,7%), dos 130 (37,7%) que têm o Ensino Fundamental como grau de escolaridade, concluíram o curso, sendo que a maioria dos 123 (35,7%) não o completou. Já em relação ao Ensino Médio, 84 (24,5%) completaram o curso e 122 (34,5%) não o concluíram. Como situação bastante particular, encontra-se o Ensino Universitário, cujo acesso total foi de nove (2,6%) indígenas, dos quais oito (2,30%) não completaram seus cursos, e um (0,3%) jovem concluído o curso superior.

Tabela 2: Aspectos Socioeconômicos de Jovens da Etnia Pataxó

| Aspectos socioeconômicos | Quant. | % |
|--------------------------|--------|---|
| <i>Escolaridade</i> | | |

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

| Aspectos socioeconômicos | Quant. | % |
|---|--------|------|
| Estuda Atualmente | 230 | 66,7 |
| <i>Grau de Escolaridade</i> | | |
| Ensino Fundamental Completo | 7 | 2,7 |
| Ensino Fundamental Incompleto | 123 | 35,7 |
| Ensino Médio Completo | 84 | 24,5 |
| Ensino Médio Incompleto | 122 | 34,5 |
| Ensino Superior Completo | 1 | 0,3 |
| Ensino Superior Incompleto | 8 | 2,3 |
| <i>Profissionalização</i> | | |
| Profissionalizados | 56 | 16,2 |
| Escola Profissionalizante | 13 | 3,8 |
| Sistema “S” ONGs Empresas Outras Instituições | 04 | 1,2 |
| ONGs Empresas Outras Instituições | 14 | 4,1 |
| Empresas Outras Instituições | 03 | 0,7 |
| Outras Instituições | 22 | 6,4 |
| <i>Participação Comunitária</i> | | |
| Associação de Bairro | 58 | 16,8 |
| Escola de Filho | 61 | 17,7 |
| Unidades de Saúde | 29 | 8,4 |
| Igrejas – Pastoral | 120 | 34,8 |
| Associações Recreativas e Desportivas | 04 | 1,2 |
| Cooperativas, Associações Produtivas e Sindicatos | 27 | 7,8 |
| <i>Expectativas quanto ao Projeto Avante Juventude Pataxó</i> | | |
| Oportunidade de qualificação | 328 | 95 |
| Aquisição de novos conhecimentos | 328 | 95 |
| Qualificação para o Mercado de Trabalho | 328 | 95 |
| Contribuir com o Desenvolvimento da Comunidade | 331 | 96 |
| <i>Área Profissional de Preferência</i> | | |
| Informática | 118 | 34,2 |
| Turismo | 60 | 17,4 |

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

| Aspectos socioeconômicos | Quant. | % |
|--|--------|------|
| Saúde | 45 | 13,0 |
| Artesanato e Reciclagem | 35 | 10,1 |
| Esporte e Lazer | 34 | 9,9 |
| Gestão – Associativismo e Cooperativismo | 20 | 5,8 |
| Agricultura e Produção | 13 | 3,8 |
| <i>Projeto de Vida Educacional e Profissional</i> | | |
| Cursar o Ensino Superior e Trabalhar | 257 | 74,5 |
| Concluir o Ensino Médio e Trabalhar | 67 | 19,4 |
| <i>Como espera contribuir para melhorar as condições de vida da Comunidade</i> | | |
| Participando de Projetos Comunitários | 266 | 77,1 |
| Desenvolvendo Trabalho Voluntário | 60 | 17,4 |
| <i>A Família e o nº de Pessoas que coabitam com os jovens indígenas</i> | | |
| Até 02 Pessoas | 28 | 8,1 |
| De 3 a 5 6 ou mais Pessoas | 158 | 45 |
| 6 ou mais Pessoas | 148 | 42,9 |
| <i>A Família e a Renda Mensal</i> | | |
| Até meio Salário Mínimo | 158 | 45 |
| 01 Salário Mínimo | 132 | 38,3 |
| Até 02 Salários Mínimos | 28 | 8,1 |
| 03 Salários Mínimos | 03 | 0,9 |
| 04 Salários Mínimos | 02 | 0,5 |
| <i>A Família e o atual estágio de Educação Formal de seus membros</i> | | |
| Estudam atualmente | 230 | 66,7 |
| Não estudam atualmente | 109 | 31,6 |
| <i>A Família e o CADÚNICO</i> | | |
| Famílias Cadastradas | 239 | 69,3 |
| Famílias Não Cadastradas | 48 | 13,9 |

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

| Aspectos socioeconômicos | Quant. | % |
|--|--------|------|
| <i>A Família e os Programas de Transferência de Renda dos Governos Federal e Estadual</i> | | |
| Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família | 131 | 38,0 |
| Famílias não Beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas Enquadráveis | 214 | 62,0 |
| <i>A Família e Situações Especiais nela ocorridas recentemente</i> | | |
| Indígenas em fuga, desaparecimento ou morando na rua | 34 | 6,5 |
| Indígenas em estado de gravidez precoce | 143 | 27,4 |
| Casos de violência dentro ou fora de casa | 60 | 11,5 |
| Indígenas em conflito com a lei (prisão ou medida socioeducativa) | 84 | 16,1 |
| Indígenas em cuidados constantes por problemas de saúde | 08 | 1,5 |
| Casos de crianças responsáveis por cuidados a outra criança no dia a dia | 03 | 0,6 |
| Crianças ou Adolescentes trabalhando fora de casa | 128 | 24,5 |
| Casos de uso e abuso de bebidas alcoólicas | 07 | 1,3 |
| Casos de uso e abuso de Drogas Ilícitas | 55 | 10,5 |
| <i>Serviços disponíveis nas vizinhanças das habitações (distância média equivalente a 15 minutos a pé)</i> | | |
| Declararam a existência de Creche e ou Escola Fundamental | 28 | 8,4 |
| Declararam a existência de Escolas Públicas de Ensino Fundamental | 158 | 47,3 |
| Declararam Escolas Públicas de Ensino Médio | 148 | 44,3 |
| <i>Características Físicas das Unidades Habitacionais</i> | | |
| Unidade Tipo Oca | 10 | 2,9 |
| Unidade Tipo Casa | 278 | 80,6 |
| Unidade Tipo Barraco | 44 | 12,8 |
| Unidade Tipo Cômodo | 9 | 2,6 |

Continua na próxima página

– continuação da página anterior

| Aspectos socioeconômicos | Quant. | % |
|---|--------|------|
| <i>Características dos Serviços de Infraestrutura das Unidades Habitacionais</i> | | |
| Unidades Atendidas pela Rede de Distribuição de Água da Embasa | 39 | 11,3 |
| Unidades Atendidas por Ligações Clandestinas de Água | 24 | 7,0 |
| Unidades Atendidas pela Rede de Distribuição de Energia Elétrica da Coelba | 139 | 40,3 |
| Unidades Atendidas por Ligações Clandestinas de Energia Elétrica | 35 | 10,1 |
| Unidades Atendidas com Rede de Esgotamento Sanitário | 26 | 7,5 |
| Unidades Não Atendidas por Rede de Esgotamento Sanitário | 101 | 29,3 |
| <i>Características da Situação Legal Quanto ao Uso das Unidades Habitacionais</i> | | |
| Própria | 311 | 90,2 |
| Cedida | 15 | 4,3 |
| Alugada | 09 | 2,6 |
| Invadida | 01 | 0,3 |

Quanto ao processo de profissionalização, 56 indígenas se declararam profissionalizados, tendo 13 (3,8%) estudado em Escola Profissionalizante, quatro (1,2%) no Sistema S, 14 (4,1%) em ONGs, 03 (0,7%) em Empresas e 22 (6,4%) em outras instituições. Ressalta-se, entretanto, a parcela de 289, ou seja, 83,8% que não declararam a sua formação profissional.

Destaque deve ser feito sobre o interesse pela participação comunitária desses jovens, que é posto em prática principalmente em reuniões nas Instituições. Essa prática é concretizada com 58 (16,8%) deles frequentando Associações de Bairro e 61 (17,7%) Escolas de Filhos. Ainda se concretiza por meio de reuniões em Unidades de Saúde, a exemplo de Postos de Saúde onde participam 29 (8,4%) deles; em reuniões em Igrejas, por meio da Pastoral, frequentadas por 120 (34,8%); em Associações Recreativas e Desportivas, onde se apresentam quatro (1,2%); e nas Cooperativas, Associações Produtivas e Sindicatos com 27 (7,8%) presentes. Do total, 46 (13,3%)

não declararam a participação neste tipo de atividade.

Esses jovens têm em sua maior parte, 257 (74,5%), como Projeto de Vida Educacional e Profissional cursar o Ensino Superior, enquanto outra parcela, correspondente a 67 indígenas, (19,4%), concluir o Ensino Médio. Como Área Profissional de preferência, 118 deles (34,2%) elegeram a Área de Informática, seguidos por 60 (17,4%) que optaram pela Área de Turismo, 45 (13,0%) pela Área de Saúde, 35 (10,1%) pela Área de Artesanato e Reciclagem, 34 (9,9%) pela Área de Esporte e Lazer, 20 (5,8%) pela Área de Gestão – Associativismo Cooperativismo e 13 (3,8%) pela Área de Agricultura e Produção. 20 Jovens não responderam à questão, o que corresponde a 5,8%.

Como contribuição visando à melhoria da qualidade de vida, a principal preocupação desses jovens volta-se para a necessidade de melhoria da qualidade de vida da comunidade e, para tanto, têm como principal expectativa a sua participação em Projetos Comunitários. Por essa razão, 266 jovens, ou seja, 77,1%, esperam participar desses Projetos. Como outra opção, encontra-se o Trabalho Voluntário, quando 60 desses jovens (17,4%) declararam essa intenção. Como outras opções e não declararam se encontram 05 e 14 jovens, respectivamente.

Como meio de informação e comunicação, 130 (37,7%) desses jovens utilizam Internet, tendo sido constatado que eles ainda utilizam os seguintes equipamentos: oito – aparelhos de telefonia fixa, 141 – aparelhos de telefonia móvel, 60 – aparelhos de televisão, 118 – aparelhos de DVD e 45 – computadores. Possuem, também, 15 automóveis, 46 motos e 71 bicicletas. Como aparelhos eletrodomésticos se encontram 20 fornos elétricos ou micro-ondas, 156 geladeiras, 35 máquinas de lavar, além de 70 tanquinhos e 173 fogões.

Em relação ao rendimento das famílias desses jovens, 158 (45,0%), apresentam renda mensal equivalente até meio Salário Mínimo, enquanto 132 (38,3%) alcançam um Salário Mínimo. Com rendimentos até 02 Salários Mínimos, existem 28 (8,1%) famílias, e com três e quatro Salários Mínimos encontram-se três e duas famílias, respectivamente (0,9% e 0,5%). Esta informação não foi fornecida por 22 jovens.

O número de pessoas que coabitam com os jovens indígenas varia de até duas pessoas, em número de 28 (8,1%), até seis ou mais pessoas, que correspondem a 148 (42,9%), passando pela faixa de três a cinco pessoas, 158, ou seja, 45%. Do total, 11 pessoas (3,2%) não responderam à questão.

Do total das famílias dos 345 jovens cadastrados, 239 (69,3%) estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, enquanto

48 (13,9%) não se encontram, e 58 (16,8%) não informaram a sua situação. Cabe ressaltar que, das 345 famílias, 131 (38,0%) são beneficiárias e as outras 214 (62,0%) não beneficiárias, são enquadráveis nos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal ou do Governo Estadual. Pode-se constatar que todas as 131 famílias beneficiárias participam do Programa Bolsa Família, enquanto as demais são enquadráveis nesse Programa, do qual podem fazer parte as famílias com renda mensal no valor de até R\$140,00 por pessoa no CADÚNICO.

Esses jovens indígenas que se encontram no centro do conjunto de graves problemas causados por questões de desigualdade social e de desestruturação da sociedade, apontaram 522 casos de violação de direitos e outras situações ocorridas em suas famílias, tais como: 34 indígenas (6,5%) em fuga, desaparecimento ou morando na rua; 143 (27,4%) em estado de gravidez precoce; 60 (11,5%) casos de violência dentro ou fora de casa; 84 (16,1%) em conflito com a lei (prisão ou medida socioeducativa); oito (1,5%) em cuidados constantes por problema de saúde; três (0,6%) casos de crianças responsáveis pelos cuidados a outra criança no dia a dia; 128 (24,5%) casos de criança ou adolescente trabalhando fora de casa; sete (1,3%) casos de uso e abuso de bebidas alcoólicas; 55 (10,5%) casos de uso e abuso de drogas ilícitas.

Nos arredores de seus domicílios, com acesso a pé em espaço de tempo médio aproximado de 15 minutos, os jovens indígenas sinalizaram a existência de alguns equipamentos, tendo 28 (8,4%) sinalizado Creches e/ou Escolas Públicas Infantis; 158 (47,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Fundamental; e 148 (44,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Médio.

Quanto ao tipo e às condições das Unidades Habitacionais nestas 12 Aldeias, a configuração é a seguinte: 10 (2,9%) do tipo Oca; 278 (80,6%) do tipo Casa; 44 (12,8%) do tipo Barraco; 09 (2,6%) do tipo Cômodo. Não foram especificados os tipos de 04 (1,1%) habitações. Em relação à Situação Legal quanto ao seu uso, foi a maioria identificada como Própria, ou seja, 311 (90,2%), seguindo-se por 15 Cedidas (4,3%), nove Alugadas (2,6%), e uma Invadida (0,3%). Não foi identificada essa situação para nove habitações (2,6%).

Dessas Unidades Habitacionais, 39 (11,3%) são atendidas pela Rede de Distribuição de Água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA, e 139 (40,3%) pela Rede de Distribuição de Energia da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, e 26 (7,5%) possuem Esgotamento Sanitário, sendo que, respectivamente, 24 (7,0%) e 35 (10,1%) têm Ligação Clandestina (Gatos), e 101 (29,3%) não possuem Rede de Esgo-

tamento Sanitário. Registrou-se que 278 (80,6%) não informaram a situação em relação ao Abastecimento de Água, 171 (49,6%) em relação à Energia Elétrica e 218 (63,2%) em relação ao Esgotamento Sanitário.

Esses, portanto, são dados e informações sobre os Jovens Indígenas Pataxós contemplados nas fichas de cadastramento do Projeto Avante Juventude Pataxó, e que possibilitarão, na parte seguinte deste trabalho, melhor conhecer a sua forma de conviver coletivamente ou mesmo a necessidade de pertencer a um grupo social, ponto de partida do sentimento de pertencimento, considerado a maior razão pela qual se formam grupos, comunidades, sociedades. Para subsidiar esta etapa, foram tomados como referências documentos teóricos e institucionais selecionados, tratados na introdução deste trabalho.

Discussões

Neste momento, vale registrar que no breve histórico do processo de reconhecimento dos direitos do Jovem, a partir de determinado momento, começaram a ser destacados segmentos até o momento diluídos no todo, como o do Jovem Indígena. Apresenta-se, então, um especial cenário construído pelo elevado grau de expectativa e de disposição em contribuir com as intervenções que devem ser tomadas para a solução de seus problemas. Isso pode ser constatado por meio de várias iniciativas específicas, entre as quais se encontra o evento do qual participaram lideranças e representantes de 26 Etnias e de 14 Estados brasileiros – o II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, realizado em Brasília – DF, em 2007. Nesse evento, foram apresentadas ao Governo e às Organizações Indígenas do País propostas para garantir a toda população indígena: educação de qualidade; a promoção de uma vida digna; a afirmação e valorização das suas culturas e identidade; o incentivo de meios para assegurar e garantir os seus direitos, a sua integridade e a retomada para ampliação de seus territórios e; a construção de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Esse antecedente permite estabelecer o relacionamento dessas demandas e expectativas propostas, apresentadas de forma estratificada, com alguns dos aspectos demográficos e socioeconômicos conhecidos e expostos na parte anterior deste trabalho. Para melhor compreensão desse relacionamento, foram tomados como referências estudos e trabalhos elaborados mais recentemente sobre a questão indígena, a exemplo do *Aragwaksã*: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó Territorial de Barra Velha e Águas Be-

las – 2012 (CARDOSO *et al.*, 2012) e Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010 (BRASIL, 2011), visando à efetividade de futuros programas e projetos, propostos como instrumentos de promoção da inclusão socioproductiva do Jovem Indígena da Etnia Pataxó Costa do Descobrimento.

Ao serem pontualizadas as referidas demandas e expectativas expostas no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, realizado em Brasília (DF) em 2007; tem-se que “[...] é fundamental ampliar e diversificar as oportunidades de acesso ao ensino superior, perspectivas distantes para a maioria dos jovens indígenas, que também precisam de formação técnica e acadêmica” (SOARES, 2007). Os dados levantados constataam que, dos 345 participantes deste trabalho, somente nove (2,6% do total) tiveram acesso ao Ensino Universitário, dos quais oito (2,3%) não o completaram e, conseqüentemente, somente um jovem logrou concluir o curso. Esse resultado corrobora os conteúdos de um dos documentos tomados como referencial teórico onde, como uma das recomendações, em seu item “Política Pública de Juventude e Educação”, visa a “[...] Garantir o acesso e a permanência de povos e comunidades tradicionais, em especial da juventude, nas instituições de ensino superior, por meio de programas de assistência juvenil que garantam residência, alimentação, material didático e bolsas de estudo”, e ainda, em outro documento, como Problemáticas e Ações referentes ao item “Formação Continuada de Professores Indígenas e Acesso e Permanência nas Universidades Públicas e Particulares”, que propõe: “[...] Buscar apoio maior aos programas de incentivo ao ensino superior, para entrada (divulgação de processos seletivos, inscrição dos alunos pela Funai, etc.) e permanência do estudante indígena nas universidades públicas e particulares. Parceiros: FUNAI, Governos Federal e Estadual”. Importante ressaltar que, sejam as Recomendações e/ou as Problemáticas e Ações, estas coincidem com a intenção da parcela dos 345 jovens, da qual 257 (74,5%) tem como Projeto de Vida Educacional e Profissional cursar o Ensino Superior.

A importância que representa outra demanda, “[...] participação de adolescentes e jovens indígenas, pois nós conhecemos nossa realidade e sabemos das nossas necessidades”, está expressa nos dados dos aspectos socioeconômicos sobre o interesse desses jovens em participar na vida da comunidade por meio de reuniões em instituições, principalmente nas realizadas em igrejas através da Pastoral, onde 120 (34,8%) jovens afirmam frequentá-las, seguidas pela participação nas reuniões realizadas em Escolas de Filhos e Associações de Bairro, onde foi registrada a frequência de 61(17,7%) e 58(16,8%) jovens, respectivamente.

Assim, com a concepção do conhecimento da realidade em que vivem e das suas necessidades, reafirmam a sua necessária contribuição para a melhoria da vida em comunidade quando revelam suas intenções de participar no desenvolvimento de Projetos Comunitários, desejo este de 266 respondentes, ou seja, 77,1% dos jovens questionados. Ainda como outra opção no intuito de contribuição, 60 desses jovens (17,4%) se predispõem a participar de Trabalhos Voluntários. Neste cenário, ainda em relação à convicção do conhecimento de sua realidade e necessidades, esta pode ser reafirmada quando, através dos aspectos socioeconômicos, os olhares de 20 (5,8%) dos jovens se direcionam à Área de Gestão – Associativismo e Cooperativismo como preferência profissional.

Quanto aos aspectos da saúde do jovem indígena, “São necessários trabalhos voltados para a educação em saúde dos adolescentes e jovens indígenas com temas voltados para sexualidade, prevenção das DST/AIDS e outros necessários para a prevenção de nossa saúde, levando em consideração os conhecimentos tradicionais de cada povo”. Essa demanda está inserida nas Recomendações para uma Política Pública de Juventude e Saúde, especificamente em seu item 13: “Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/Ministério da Saúde) e Fundação Nacional do Índio (Funai) a elaboração de diretrizes para atenção integral, prevenção e assistência à saúde reprodutiva e agravos relacionados ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na população jovem indígena”; e no item 23: “Ampliar programas e equipamentos de saúde voltados à juventude do campo, indígenas e de populações tradicionais”. No *Aragwaksã*, especificamente em relação à Saúde indígena, destaque é feito quanto à medicina tradicional e, entre as Problemáticas e Ações encontra-se a “Promoção e Valorização da Medicina Tradicional” que tem, no rol das principais ações: “Realizar encontros, intercâmbios e assembleias entre os conhecedores(as) da medicina tradicional e pajés com comunidades da TI, para que esses conhecimentos sejam valorizados e não se percam com o tempo” (CARDOSO *et al.*, 2012, p. 88). Com essa preocupação, 45 (13,0%) indígenas escolheram a Saúde como Área Profissional de Preferência, posição esta que pode ser traduzida como a necessidade de expressar o sentimento de pertencimento a sua cultura e está registrada como uma das demandas e expectativas do mais uma vez referido Encontro dos Povos das Florestas: “Queremos o respeito e a garantia dos nossos conhecimentos tradicionais, a não discriminação e racismo, para que assim possamos promover uma cultura de paz para o respeito a todo tipo de diversidade” (SOARES, 2007).

Também como resultados dos aspectos socioeconômicos em relação aos

rendimentos das famílias desses jovens, foram constatadas 158 (45,0%) Famílias com Renda Mensal equivalente a meio Salário Mínimo, seguidas por mais 132 (38,3%) com até um Salário Mínimo, e as demais com rendimentos variáveis de dois a quatro também Salários Mínimos. Essa situação permite aos jovens a formulação de demandas como: “[...] queremos a oportunidade de permanecer em nossas aldeias, a partir da implantação de políticas públicas de geração de trabalho e renda em nossas comunidades”; e “Temos potencial de fonte de renda, mas precisamos de incentivos técnicos para a criação de cooperativas e associações, para divulgarmos nossa cultura e nossas tradições através de atividades como artesanato, agricultura, piscicultura, artes e turismo, e assim gerando renda e possibilitando a permanência nas nossas comunidades”. Constata-se, portanto, a necessidade da implantação e implantação de políticas oficiais voltadas para a dimensão do trabalho para o público jovem, contemplando iniciativas que vão desde as que elevam a escolaridade e a qualificação dos jovens, àquelas que favoreçam, direta e/ou indiretamente, a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, essas iniciativas, como vimos na parte introdutória deste trabalho, contemplam desde a capacitação profissional e/ou a ampliação da escolaridade, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, até as iniciativas voltadas para oportunidades de inserção no mercado de trabalho, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Jovem.

Estas constatações quanto às políticas existentes em relação à geração de renda e inserção no mercado chocam-se com os rendimentos declarados por família, mais precisamente com o conhecimento dos dados registrados no levantamento dos aspectos socioeconômicos, quando se verifica o número de pessoas que coabitam com os jovens indígenas, que variam de até duas pessoas, em número de 28 (8,1%), a até seis ou mais pessoas, que correspondem a 148 (42,9%), e passando pela faixa de três a cinco pessoas, 158, ou seja, 45%.

Para melhor apreensão do cenário apresentado, deve-se retornar às famílias dos 345 jovens cadastrados, onde 239 (69,3%) estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, enquanto 48 (13,9%) não se encontram inscritas e ainda que, das 345 famílias, 131 (38,0%) são beneficiárias e as outras 214 (62,0%) não beneficiárias são enquadráveis nos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal ou do Governo Estadual. Todas as 131 famílias beneficiárias participam do Programa Bolsa Família, enquanto as demais são enquadráveis nesse Programa, do qual podem fazer parte famílias com Renda Mensal no valor de até R\$140,00 por

pessoa inscrita no CADÚNICO.

Ao se ter o conhecimento da demanda – “[...] queremos a tecnologia em nossas aldeias, para garantir a inclusão digital dos povos indígenas com instalação de computadores e pontos da Internet nas aldeias” –, constata-se o atual posicionamento do jovem indígena em demonstrar, conforme o Aragwaksã (CARDOSO *et al.*, 2012, p. 81), a preocupação com o tema Educação e Fortalecimento da Cultura, em que, entre as Problemáticas e Ações, encontra-se a Internet e a proposta de implantá-la nas aldeias, escolas e centros culturais, em parceria com Municípios, Estado e a Funai. No rol das Políticas Públicas de Cultura e Juventude, encontra-se o Programa Cultura Viva-Arte, Educação e Cidadania (desde 2004) e, como uma das suas Ações, os Pontos de Cultura. Assim, a fim de se apropriarem de meios de instrumentos tecnológicos, em especial a Internet, buscam meios para beneficiar suas comunidades. Vale ressaltar que os dados dos aspectos socioeconômicos constata a Área Profissional de maior preferência como a Área de Informática, preferida por 118 jovens (34,2%), sendo ainda informado que 130 já utilizam a Internet.

Ao se observar que os jovens em estudo reconhecidamente se encontram no centro do conjunto de graves problemas, os dados apontaram para 522 casos de violação de direitos e outras situações ocorridas em suas famílias, causadas pelas situações de desigualdade social e de desestruturação da sociedade. Situações estas que a Política Nacional da Juventude trata por meio de Programas especiais tais como o Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI, o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM e o Programa de Redução da Violência Legal – PRVL.

Ao ser tratado o aspecto socioeconômico Situação Legal das Unidades Habitacionais, constata-se que a sua grande maioria está localizada em terras indígena – TI, com exceção das que se encontram na Aldeia Nova. Esta Situação Legal quanto ao seu uso foi identificada como Própria no total de 311 (90,2%) Unidades, seguindo-se por 15 Cedidas (4,3%), nove Alugadas (2,6%), e uma Invasada (0,3%). Dessas Unidades Habitacionais, 10 (2,9%) são definidas como do tipo Oca; 278 (80,6%) do tipo Casa; 44 (12,8%) do tipo Barraco; e nove (2,6%) do tipo Cômodo.

Conclusão

O presente trabalho caracterizou o Jovem Indígena Pataxó, por meio de dados e informações de um grupo composto por 345 Jovens Indígenas Pataxós no Estado da Bahia, pertencentes à faixa etária de 14 a 29 anos e selecionados para participar do “Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade Costa do Descobrimento”. Nesse trabalho, foram tratados aspectos demográficos e socioeconômicos considerados como relevantes para conhecimento dessa população, em particular do Jovem Indígena, e vale ressaltar que, por serem interdependentes, muitas vezes não puderam ser considerados de forma isolada.

Dessa forma, com o conhecimento desses aspectos, que permite uma melhor compreensão do Jovem Pataxó, este trabalho pretende subsidiar propostas para a elaboração e implantação de novos Projetos e Ações voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo, seja quanto à sua formação social, qualificação profissional, entre outros aspectos. Entretanto, ressalta-se que tudo isso depende da necessária apreensão dos seus anseios e desejos, expressos em parte como dados primários no rol das respostas dos questionários disponibilizados e, também, em outra parte, identificados nos documentos tratados na introdução deste trabalho. Nesses documentos, além da participação de representantes da juventude indígena, está registrada a ativa participação de técnicos, representantes da sociedade civil e gestores de instituições municipais, estaduais e federais.

Ainda, foram bastante oportunas e importantes as relações realizadas por intermédio das respostas primárias obtidas com os questionários, as problemáticas e ações e as demandas de diversos documentos, particularmente os voltados especialmente para os povos indígenas, que marcaram e marcam o processo de reconhecimento dos direitos dos jovens, em relação aos aspectos da cultura, educação, saúde e questões territoriais, entre outras.

A análise dos resultados dos aspectos demográficos e socioeconômicos revela uma situação que merece especial atenção, haja vista que, diante da evolução dos textos apresentados, com intervenções e iniciativas específicas, constata-se, por meio dos dados primários levantados, que o desafio de construir, aperfeiçoar e implantar novos projetos e ações voltados para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo, e para a formação Social, qualificação profissional, entre outros aspectos, significa a elaboração de difíceis propostas que implicam mudanças sociais, culturais e de valores.

Referências

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar. Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional. *Povos Indígenas do Estado da Bahia*. Salvador, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003–2010. Brasília, 2011. Disponível em: www.juventude.gov.br. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). “*Constituição da República Federativa do Brasil*”: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juares de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. *Guia de políticas públicas de juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. *Projeto Pedagógico integrado – Projovem Urbano*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2008. 83p.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude*. Brasília, 2011. Disponível em: www.juventude.gov.br. Acesso em: 16 set. 2014.

CANCELA, Francisco. A presença de não-índios nas vilas de índios de porto seguro: relações interétnicas, territórios multiculturais e reconfiguração de identidade – reflexões iniciais. *Espaço ameríndio*, porto alegre, v. 1, n. 1, p. 42-61, jul./dez. 2007.

CARDOSO, Thiago Mota; PARRA, Lilian Bulbarelli; SANT’ANA, Graziela Reis de; PINHEIRO, Maíra Bueno. (Org.). *Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas*. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, texto para discussão nº 1335, 2008.

KREJCIE, R, V.; MORGAN, D.W. Determining sample size for research activities. *Educational and Psychological Measurement*, v. 30, p. 607-610, 1970.

LIMA, Antônio Carlos de Souza Lima. Sobre Tutela e Participação: povos

indígenas e formas de governo no Brasil, Séculos XX/XXI. *Mana* 21(2): 425-457, 2015 – DOI dx.doi.org.

NOVAES, Regina. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. IN: *Juventude e Contemporaneidade*. FÁVERO, Osmar, SPÓSITO, Marília, CARRANO, Paulo, NOVAES, Regina Reys. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 4(1):47- 77, 1998.

_____. (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. 350 p.

SILVA, Enid R. A. da; ANDRADE, Carla C. de. A Política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abraão *et al.* (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Roselane S. da, e SILVA, Vini R. da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*. Salvador, v. 24, nº63, 2011. p. 663-678.

SOARES, Waldemir Alfaia. *II Encontro Nacional dos Povos das Florestas é lançado em Brasília*. Rede de Educação Cidadã, 29/06/2007. Disponível em: recid.redelivre.org.br. Acesso em: 8 set. 2014.

SPOSITO, Marília P., CARRANO, Paulo C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Revista brasileira de educação*. Set/out./nov./dez, 2003. *Revista brasileira de educação*. Set/out./nov./dez, 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 30 jul. 2017.

Legislação Indigenista Fundamental:

Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas – ONU – 13.09.2007.

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – Decreto n.º 5.051, de 19.04.2004.

Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos – ONU – Decreto nº 592, de 06.07.1992.

Pacto Internacional Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – ONU – Decreto nº 591, de 06.07.1992.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos – OEA – Pacto de São José da Costa Rica – Decreto n.º 678, de 06.11.1992.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 19.12.1973.

Resumo:

Como um dos resultados do Projeto Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade Costa do Descobrimento, este artigo tem por objetivo traçar um panorama das políticas públicas voltadas à juventude e apresentar aspectos demográficos e socioeconômicos do Jovem Pataxó da Bahia, a partir de pesquisa quali-quantitativa, com aplicação de questionário semiestruturado, realizada junto a 345 jovens oriundos de 12 (doze) aldeias indígenas. A análise dos resultados revela que o desafio de construir, aperfeiçoar e implantar novos projetos e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população em estudo e para a sua formação social e qualificação profissional, entre outros aspectos, significa a elaboração de difíceis propostas que implicam mudanças sociais, culturais e de valores.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; População Indígena; Povo Pataxó; Aspectos Demográficos e Socioeconômicos.

Abstract:

As one of the results of the Pataxó Youth Advance Project: Social Formation and Professional Qualification of Indigenous Peoples of the Pataxó Ethnicity of the Costa do Descobrimento Identity Territory this article aims to outline the public policies aimed at youth and to present demographic and socioeconomic aspects of the Young Pataxó of Bahia based on qualitative research with the application of a semistructured questionnaire conducted with 345 young people from 12 (twelve) indigenous villages. The analysis of the results reveals that the challenge of constructing, perfecting and implementing new projects and actions aimed at improving the quality of life of the population under study and their social formation and professional qualification among other aspects means the elaboration of difficult proposals which imply social, cultural and values changes.

Keywords: Education; Public Policy; Indigenous Population; Pataxó People; Demographic and Socioeconomic Aspects.

Recebido para publicação em 04/05/2019.

Aceito em 09/08/2019.